



**PAUTA  
PARA A 59ª SESSÃO ORDINÁRIA  
EM 13 DE MAIO DE 2010**

**Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.**

**1ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 421, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Músico Wander Taffo" à Escola Estadual Parque Claudia II, na Capital.

2 - Projeto de lei nº 422, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública o Núcleo Social "A Fábrica", em Ribeirão Preto.

3 - Projeto de lei nº 424, de 2010, de autoria do deputado Antonio Mentor. Dá a denominação de "Maria do Carmo Augusti" à Escola Estadual do Bairro Mario Covas, em Americana.

4 - Projeto de lei nº 425, de 2010, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública a "Contato - Obras Sociais e Educacionais", em Hortolândia.

5 - Moção nº 55, de 2010, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que envie mensagem solicitando a retirada da Proposta de Emenda nº 1, de 2010, à Constituição do Estado, que objetiva alterar a denominação "Polícia Militar do Estado de São Paulo" para "Força Pública do Estado de São Paulo".

**2ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 417, de 2010, de autoria do deputado Conte Lopes. Proíbe as maternidades particulares de cobrarem do pai ou acompanhante que forem assistir ao parto a chamada taxa de paramentação.

2 - Projeto de lei nº 418, de 2010, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Dr. Edmon Alexandre Salomão" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Andradina.

3 - Projeto de lei nº 419, de 2010, de autoria do deputado Conte Lopes. Autoriza o Poder Executivo a criar um "Centro de Referência ao Portador de Hanseníase".

4 - Projeto de lei nº 420, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Cassimiro Correa Neto" à passarela localizada no km 304,8 da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega - SP 055, em Mongaguá.

### **3ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 414, de 2010, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Estabelece indicadores relativos ao bem-estar da população do Estado de São Paulo e indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos prestados, relacionando-os com o objetivo de proteger e defender os usuários de serviços públicos e os consumidores.

2 - Projeto de lei nº 415, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Viva", em Lorena.

3 - Projeto de lei nº 416, de 2010, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Obriga as operadoras de telefonia celular a incluir em seus contratos cláusula em que o cliente possa optar por receber ou não mensagens publicitárias via SMS.

### **4ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 412, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara o município de Tabatinga "Capital do Bichinho de Pelúcia, Acessórios Infantis e Enxovais para Bebês".

2 - Projeto de lei nº 413, de 2010, de autoria do deputado Roberto Felício. Altera a Lei nº 11.818, de 2005, que dispõe sobre a reserva de 4 % (quatro por cento) de todos os imóveis populares para serem comercializados com policiais civis e militares.

3 - Moção nº 52, de 2010, de autoria da Comissão de Educação. Apela para os Srs. Presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a fim de que promovam, com a urgência que a matéria requer, a aprovação do

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas redes públicas de educação básica.

4 - Moção nº 53, de 2010, de autoria da Comissão de Promoção Social. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários com assento nessas Casas, no sentido de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008 - "PEC da Habitação", que dispõe sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.

5 - Moção nº 54, de 2010, de autoria do deputado Simão Pedro. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG que abra negociações e examine com a devida atenção as justas reivindicações da ASSINAGRO - Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do INCRA.

### **5ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 409, de 2010, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Declara de utilidade pública o Grupo da 3ª Idade de Colina "Amigos Para Sempre", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 410, de 2010, de autoria do deputado Celso Giglio. Concede isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA ao veículo adquirido para fins de comercialização, por empresa revendedora regularmente constituída.

3 - Projeto de lei nº 411, de 2010, de autoria do deputado Chico Sardelli. Institui o Circuito Turístico das Confecções e Indústrias Têxteis, integrado pelos Municípios de Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa, Sumaré e Hortolândia.

**Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.**

### **7ª Sessão**

Projeto de lei nº 401, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011.

**Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 226 do Regimento Interno (Urgência).**

Projeto de lei nº 423, de 2010, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Durval Mantovaninni" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Atibaia.

**Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).**

### **3ª Sessão**

1 - Projeto de lei nº 30, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Declara de utilidade pública o "Instituto Solidariedade - ISO", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 693, de 2009, de autoria da deputada Vanessa Damo. Declara de utilidade pública a "Juventude Cívica Poense - JUCIP", em Poá.

3 - Projeto de lei nº 694, de 2009, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação Voluntariado de Barra Bonita - Grupo de Prevenção e Tratamento do Câncer", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 772, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Casa de Recuperação Recanto Vida Nova", em Bastos.

5 - Projeto de lei nº 814, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública o "Lar do Idoso - Servas do Senhor", em Bebedouro.

6 - Projeto de lei nº 838, de 2009, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a "Creche Maria do Carmo de Abreu Sodré ", em Jaboticabal.

7 - Projeto de lei nº 845, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Declara de utilidade pública a "Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Águas de Lindóia e Região", em Águas de Lindóia.

8 - Projeto de lei nº 935, de 2009, de autoria do deputado Mozart Russomanno. Declara de utilidade pública a "Associação Sete Montanhas de Beneficência", em Mongaguá.

9 - Projeto de lei nº 938, de 2009, de autoria do deputado Luciano Batista. Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes da Ilha de Santo Amaro", em Guarujá.

10 - Projeto de lei nº 1097, de 2009, de autoria do deputado Roberto Moraes. Declara de utilidade pública a "Assistência Social da Paróquia de Santa Maria da Serra", naquele Município.

11 - Projeto de lei nº 1291, de 2009, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a ong "Finoca Almeida Cunha - FINAC", em Ribeirão Preto.

12 - Moção nº 14, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços no sentido de unificar a legislação que trata das relações condominiais.